

A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

Isabelle Freitas Cardoso¹, Cláudio Eduardo Félix dos Santos²

RESUMO

O presente trabalho integra o projeto de pesquisa nomeado “Povos Indígenas e Livros Didáticos no Brasil: da representação à autoria”, que objetiva a investigação de imagens e conceitos presentes nos compêndios didáticos elaborados entre os séculos XIX e XX no país e as particularidades refletidas através dessas produções. O recorte temporal utilizado para construir este trabalho compreende o período do regime empresarial-militar do Brasil e analisar como as concepções construídas na Ditadura Militar impactaram diretamente a relação da sociedade para com os povos originários. Nessa perspectiva, este ensaio busca apresentar os resultados da investigação do contexto histórico e político do Brasil entre 1964 a 1985 e como se espelha nos livros didáticos, compreendidos como uma representação de síntese do conhecimento mas, para além disso, expressão da ciência, ideologia, memória e, principalmente, reflexo de perspectivas de mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar, Livros Didáticos, Povos Indígenas.

THE REPRESENTATION OF INDIGENOUS PEOPLES IN TEXTBOOKS DURING THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL (1964-1985)

ABSTRACT

This work is part of a research project entitled “Indigenous Peoples and Textbooks in Brazil: from representation to authorship,” which aims to investigate the images and concepts present in educational compendiums produced between the 19th and 20th centuries in Brazil and the particularities reflected in these works. The time frame used to construct this work covers the period of Brazil's military regime and analyzes how the concepts constructed during the military dictatorship directly impacted society's relationship with indigenous peoples. From this perspective, this essay seeks to present the results of research into the historical and political context of Brazil between 1964 and 1985 and how it is reflected in textbooks, understood as a representation of synthesized knowledge but, beyond that, an expression of science, ideology, memory, and, above all, a reflection of worldviews.

KEYWORDS: Indigenous Peoples, Military Dictatorship, Textbooks.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), bolsista de Iniciação Científica pela FAPESB.

² Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DFCH/UESB).

O historiador Dermeval Saviani (2008) compreende o livro didático como “o grande pedagogo das nossas escolas, efetivamente é ele que, geralmente de maneira acrítica, dá forma prática à teoria pedagógica nas suas diferentes versões”. Assim, é mister compreender o papel do livro didático na construção de percepções coletivas, e observar como essas produções estão ligadas aos interesses econômicos, políticos e culturais que permeiam o contexto em que estão inseridas. Analisando a formação da ideia comum acerca dos povos originários, pode-se perceber como as narrativas edificadas durante a Ditadura Empresarial-Militar brasileira tomam lugar nas obras didáticas desse período.

Dessa forma, a conjuntura político-econômica será salientada, ressaltando as políticas públicas indigenistas e as críticas que atravessam esse debate, averiguando quais livros didáticos reproduzem as narrativas construídas e quais contradizem as produções majoritárias. Outrossim, faz-se necessário elucidar a forma de organização didática a ser analisada, visto que em 1971 foi promulgada a Lei nº 5.692, que compila as disciplinas de história e geografia para a educação fundamental em uma nova matéria denominada “Estudos Sociais”.

Portanto, posteriormente à avaliação supracitada, é explicitada a análise de fontes utilizadas, principalmente os compêndios de Lage & Moraes, Francisco M. P. Teixeira, Maria Januária Vilela e Sérgio Buarque de Hollanda, ressaltando os discursos usados, a intencionalidade do texto e as relações com a memória social e nacional do período.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi iniciada a partir da compreensão de práticas político-pedagógicas da educação escolar indígena, presente na dissertação “UMA ESCOLA PARA ‘FORMAR GUERREIROS’: Professores e professoras indígenas e a educação escolar indígena em Pernambuco”, do Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix, necessária para ambientar a discussão acerca dos povos indígenas nos debates educacionais hodiernos, para, assim, iniciar o processo de compreensão das políticas indigenistas vigentes nos vinte e um anos de ditadura militar no Brasil e a conjuntura pré-golpe que colaborou para a efetivação de estereótipos consolidados na memória coletiva brasileira que reverberam em discursos atuais, como a perspectiva desenvolvimentista muito corroborada ao decorrer do regime militar e que atravessaram o tempo.

Posteriormente, inicia-se uma busca de livros didáticos de história produzidos entre 1964 e 1985, analisando a presença e ausência dos povos indígenas nos

conteúdos abordados. A partir dessa primeira seleção, foram discriminados os compêndios produzidos após 1971, compreendendo como a Lei nº 5.692/71 altera a organização de conteúdos em livros de Estudos Sociais e de que forma se reflete na história dos indígenas nessas narrativas.

Paralelo à isso, documentos disponíveis no site do Governo Federal acerca da Ditadura Empresarial-Militar foram estudados, como a Comissão Nacional da Verdade, fundada em 2011 pelo poder executivo brasileiro a fim de investigar crimes e violações de direitos humanos cometidos entre 1964 e 1985, e o Relatório Figueiredo, documento produzido por Jader Figueiredo em 1967 para denunciar irregularidades e violências praticadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Por fim, foram selecionados quatro livros para análise e exposição de resultados. São eles: “História Fundamental - Volume I” de Lage & Moraes, “História do Brasil - Estudos Sociais” de Maria Januária Vilela, “Estudos Sociais: Integração Nacional” de Francisco M. P. Teixeira e “História do Brasil 1: Estudos Sociais” escrito por Sérgio Buarque de Hollanda. Nessas produções, foi avaliada a presença da figura indígena, o discurso utilizado, as ilustrações presentes e a narrativa contada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos estudos realizados, percebe-se que em 1970 o Brasil inicia uma promessa de crescimento econômico milagroso, aliado à censura e repressão legitimadas no país pelo golpe militar de 1964. Entretanto, é importante salientar que o discurso matricial emerge, na realidade, em 1930 com a visão de progresso nacional baseado na industrialização acelerada, contribuindo para consequências quase que letais para os povos originários brasileiros.

Apesar da presença de algumas políticas indigenistas, a percepção desenvolvimentista que acompanha o desejo incessante de progresso interpretam os territórios indígenas como um obstáculo, já que as terras não estariam sendo produtivas para o país. Dessa forma, o Estado fundava políticas tutelares que subordinava os autóctones à guarda do governo, garantindo o controle através da força militarizada e de artifícios institucionais.

Ademais, um exemplo explícito da violência institucionalizada é a substituição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967, devido à denúncia de barbáries cometidas pelos próprios funcionários do SPI e, mesmo após sua descontinuação, a FUNAI prossegue com seu legado e dá sequência à queixas semelhantes. Sob essa ótica, o panorama de violências e usurpação de

terras por garimpeiros e fazendeiros com o aval e incentivo do governo Militar, refletiu na produção de conhecimento e materiais didáticos no Brasil.

Com base nos livros analisados fica explícita a diminuição de conteúdos e imagens acerca dos povos indígenas em comparação às décadas anteriores. A narrativa foi alterada, passando de selvagens para seres do passado, podendo ser observado principalmente no livro de Lage & Moraes. Já a produção de Maria Januária Vilela, mostra um diálogo entre um jesuíta, um boiadeiro e um bandeirante afirmando que, através do aprisionamento dos índios e busca por ouro, o Brasil cresceu. Assim, ratificando a necessidade de exploração do índio e expropriação da terra são em prol do progresso nacional. Já o compêndio de Francisco Teixeira aborda a compreensão de objetivos e sentimentos nacionais, com uma perspectiva nacionalista que busca o progresso. Esse texto se relaciona com o discurso presente no livro de Maria Januária, visto que ambos os trabalhos refletem o desejo por uma unidade nacional em benefício do desenvolvimento.

Todavia, a obra de Sérgio Buarque de Hollanda, que conta com parceria de outros historiadores da Universidade de São Paulo (USP), é um exemplo contrário do prevalente nas produções didáticas da época. A contrariedade inicia-se na capa, com “História do Brasil” em destaque, enquanto “Estudos Sociais” ocupa posição de subtítulo, ressaltando um posicionamento contrário ao esvaziamento dos conteúdos do primeiro e segundo grau. Além disso, o capítulo 2, intitulado “Exploração e posse da terra – 1500 – 1580” possui ainda três páginas destinadas aos povos indígenas e traz um subtópico explicando “O que devemos ao índio”. Ainda que haja limitações próprias do texto didático, o autor dedica-se em apresentar a política, cultura e religiosidade que atravessavam os povos originários ao colidirem com os colonos.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

Os livros didáticos possuem um papel fundamental na mediação do conhecimento e na formação da memória social, demonstrando sua função na construção da perspectiva acerca dos indígenas. Assim, é imprescindível o reconhecimento da luta pela dignidade e pela terra indígena, para que a ancestralidade nativa não se apague e a sua representação seja efetiva no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ **Comissão Nacional da Verdade**. Vol. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso em 30 de agosto de 2025.

2. BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em 30 de agosto de 2025.
3. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História do Brasil 1: das origens à Independência**, 5ª série, 1º grau, estudos sociais. São Paulo, Editora Nacional, 1975.
4. SANTOS, Maria Januária Vilela. **História do Brasil: estudos sociais: 5ª série, 1º grau**. São Paulo, Ática, 1979.
5. SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
6. SUESS, Paulo. **A Causa Indígena na Caminhada do CIMI: 1972 - 1989**. Petrópolis: Vozes, 1989.
7. TEIXEIRA, Francisco Maria Pires. **Estudos sociais: integração nacional: 6.ª série, 1º grau**. São Paulo, Ática, 1977.